

Se o Brasil acertar com o FMI, bancos centrais podem adiar a dívida

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

Os bancos americanos foram aparentemente apanhados de surpresa pela decisão do Banco para Compensações Internacionais (BIS) de não conceder ao Brasil um novo adiamento para o pagamento da segunda parcela do empréstimo-ponte. E a reação predominante foi a de considerar que não se trata de uma medida irreversível. Para quase todas as fontes ouvidas por este jornal ontem em Nova York, o BIS até sexta-feira recuará e concederá um adiamento, desde que as negociações entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional cheguem a um final feliz.

Fontes ligadas a bancos brasileiros têm em geral a mesma opinião por motivos diferentes. Os americanos, além de surpresa, demonstram suspeita de alguma manobra dos europeus, enquanto os brasileiros tendem a acreditar que a decisão do BIS tem por objetivo forçar a plena aceitação pelo Brasil do programa do FMI e evitar que as negociações se arrastem indefinidamente.

Duas outras hipóteses foram consideradas possíveis por americanos e brasileiros, embora também condicionadas ao acordo com o FMI. Uma delas seria o pagamento ao BIS por um grupo de bancos privados liderado pelo comitê assessor ('advisory committee').

A outra seria a concessão de um empréstimo pelo Tesouro americano, semelhante ao concedido no ano passado tanto ao Brasil quanto ao México. Os recursos sairiam do mesmo fundo de estabilização de câmbio ('exchange stabilization fund') e teoricamente seria possível a concessão e liberação do empréstimo até sexta-feira próxima por uma simples decisão do secretário do Tesouro, Donald Regan.

Mas muitos congressistas manifestaram desagrado pela utilização desse

fundo para este objetivo e recentemente o Tesouro recusou-se a utilizá-lo em operações semelhantes destinadas ao Chile e ao Peru. Além disso, vários banqueiros e analistas consideraram politicamente custoso que o governo dos Estados Unidos se disponha a pagar aos europeus e assumir o risco deles, no momento em que as preocupações com o déficit fiscal e a ameaça de um novo surto inflacionário se refletem diariamente nas páginas de todos os jornais.

RHODES

O presidente do comitê assessor, William Rhodes, passou a tarde de ontem em sucessivas reuniões sobre a decisão do BIS, mas, no final do expediente, seus assessores no Citibank disseram à imprensa que nada tinham a informar.

Também correu nos meios bancários o rumor de que os Estados Unidos já estariam fazendo o levantamento dos bens de cada país devedor que poderiam ser seqüestrados em caso de repúdio da dívida ou 'default', de forma semelhante ao que ocorreu no caso do Irã. Mas todos os planos nesse sentido estariam sendo executados como segredo de estado.